

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

Governos Militares.....	2
República dos Militares.....	2
Governos Militares.....	2
Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967)	2
Economia	2
Política.....	3
Cultura	3
Artur da Costa e Silva (1967-1969).....	3
Constituição de 1967	3

Governos Militares

República dos Militares

O governo João Goulart, apoiado pelos trabalhistas radicais, comunistas, socialistas, CGT e camponeses, tentava implementar um conjunto de reformas de base. Estas não foram vistas com bons olhos pela burguesia, que se uniu contra o governo em protestos como a **“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”** nos quais, na disputa ideológica, alertavam para o **“perigo comunista”** que rondava o país.

Os militares, descontentes com Jango desde o motim dos marinheiros e o caso do cabo Anselmo, foram em socorro da burguesia, tramando um golpe para a derrubada do governo, o que contou com o apoio da grande imprensa, exceto do jornal a Última Hora.

O então deputado e cunhado de Jango, Leonel Brizola, organizou o **Grupo dos Onze, tentando impedir o golpe**, mas já era tarde.

A partir de 31 de março de 1964, os golpistas tomaram rapidamente conta da situação, dando início a uma rigorosa onda de repressão, particularmente no nordeste, envolvendo ativistas de esquerda, líderes sindicais, políticos e militares nacionalistas.

Governos Militares

Diferente de outros golpes, em que intervinham para **“pôr ordem” no país**, os militares brasileiros da escola superior de guerra pretendiam a manutenção do regime, contando, para isso, com o apoio dos Estados Unidos, que haviam organizado a **Operação Militar “Brother Sam”** para auxiliar, se necessário, o golpe. O presidente norte-americano Lyndon Johnson, que era contrário ao governo de João Goulart, apressou-se em apoiar os militares, sob a forma de concessão de empréstimos

Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967)

Após o Congresso haver declarado a vacância do cargo de presidente (embora Jango ainda estivesse no Brasil), assume o presidente da câmara, Ranieri Mazzilli; na verdade, quem detinha o poder era o comando supremo da revolução, liderado pelo general **Costa e Silva**, integrante da chamada **“linha dura”** que, por um acordo com os partidos políticos (exceto o PTB e o PS), garantiu a eleição indireta de Castelo Branco, chefe do estado-maior do exército e coordenador dos golpistas, embora este fizesse parte do grupo da Sorbonne (grupo intelectual dos militares que pretendia efetivar rapidamente a transição democrática, após “arrumar” o país) que pretendia devolver o poder aos civis em 1965.

Economia

O ministro da economia, Roberto Campos, que defendia a liberdade de mercado e a associação ao capital estrangeiro, lançou o **PAEG (plano de ação econômica do governo)**, propondo atacar a inflação (que chegava a 84%/ao ano) por meio de cortes nos gastos governamentais, congelamento de salários e aumento das tarifas públicas e impostos; acabava também com a estabilidade no emprego após dez anos, substituindo-a pelo FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço) e tornava as greves ilegais; para captar mais empréstimos norte-americanos, revogou a lei de remessa de lucros, que limitava o envio de lucros de multinacionais ao exterior em 10%, e desvalorizou o cruzeiro, permitindo a compra de empresas nacionais por estrangeiros.

O chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar que **“o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”**. De outro lado, o salário mínimo teve uma queda de 15,3% em 1965 e o desemprego cresceu a passos largos, tornando extremamente impopular o regime vigente.

Política

Milhares de pessoas foram presas, o jornal a Última Hora invadido; a sede da UNE queimada; políticos como Brizola, Arraes, Jânio e JK cassados ou presos. Para impedir ameaças da oposição, Castelo Branco editou o **Ato Institucional nº2**, que extinguiu os partidos políticos existentes e criava dois novos partidos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), da situação, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), da oposição; por este ato, seu mandato foi prorrogado até 1967, além de estabelecer eleições indiretas para a sucessão. **Pelo Ato Institucional nº3**, as eleições indiretas se estendiam aos cargos executivos dos estados, das capitais e dos municípios de segurança nacional (municípios situados em áreas consideradas estratégicas pelos militares), e para combater a “subversão” foi criado o SNI (**Serviço Nacional de Informação**).

Cultura

Movimentos que procuravam contribuir para a construção de uma identidade nacional. O cinema novo, cujo precursor foi Nelson Pereira dos Santos (Vidas Secas e Rio, 40 graus) tematizava a realidade das classes populares, encontrando no baiano Glauber Rocha (Deus e o Diabo na Terra do Sol, Terra em Transe) sua expressão mais brilhante e controversa. Para ele, “cinema novo é uma questão de verdade e não de fotografismo”, propondo então “uma ideia na cabeça e uma câmera na mão”.

Principais nomes do cinema novo: Cacá Diegues, Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Nelson Pereira dos Santos, Roberto Santos, Rogério Sganzerla, Ruy Guerra, Olney São Paulo, Paulo César Saraceni.

Na música temos a jovem guarda e seu iê-iê-iê que elogiava de forma ingênua a sociedade de consumo e procurava se manter à distância da política, a música de protesto que marcou os festivais da canção, com Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré e a Tropicália de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Mutantes, que propunham uma revolução estética na música popular com a mistura “antropofágica” de guitarras elétricas com violinos e atabaques, mas que não foram compreendidos pela esquerda militante da época, nacionalista e engajada.

A imprensa alternativa também teve destaque com os jornais O Pasquim, Em Tempo, Opinião, Movimento, Voz da Unidade, Tribuna da Luta Operária e Hora do Povo.

O teatro também pretendia trazer peças que chocassem a burguesia e a retirassem de seu estado de letargia em relação a todas as violências e arbitrariedades praticadas pelo regime, com destaque para os CPCS (centros populares de cultura) da UNE (união nacional dos estudantes)

Artur da Costa e Silva (1967-1969)

Castelo Branco se viu praticamente obrigado pelos militares da “linha dura” a indicar Costa e Silva como candidato da arena a presidente.

Constituição de 1967, que seria retalhada por uma emenda em 1969.

Constituição de 1967

Com o golpe de estado de 1964, oficiais do exército assumiram a presidência da república e se autoinvestiram do poder constituinte, governando por meio de decretos, os atos institucionais. O regime ditatorial implantado nesse contexto fechou o congresso nacional, limitou as garantias individuais e aumentou significativamente as atribuições do poder executivo.

A imprensa também sofreu restrições com a censura e a lei de imprensa, podendo publicar apenas o que fosse de interesse governamental.

O princípio federalista também foi afetado. As capitais de estado e alguns municípios considerados áreas de segurança nacional tinham prefeitos nomeados diretamente pelo governo federal. Os

governadores de estado também passaram a ser eleitos indiretamente, pelos deputados estaduais, com candidatos indicados pelo presidente.

A liberdade partidária foi afetada, partidos opositores foram extintos. As greves foram proibidas, acabou-se com a estabilidade no emprego, passando o trabalhador a contar com o FGTS, fundo de garantia do tempo de serviço.

Foi instaurado o bipartidarismo. Esses dois partidos eram a **ARENA (Aliança Renovadora Nacional)** e o **MDB (Movimento Democrático Brasileiro)**.

Foram mantidos certos princípios na constituição como o habeas corpus (direito a responder a processo criminal em liberdade em alguns casos),

A independência do poder judiciário e a imunidade parlamentar

Em 1968, diante do crescimento da oposição (parlamentares, estudantes, artistas e trabalhadores, até certo ponto), houve o endurecimento do regime militar e a ascensão ao poder da “linha dura” em substituição ao “grupo da Sorbone” que pretendia entregar o poder aos civis.

O governo militar baixou o **Ato Institucional nº5 (AI-5)**, que, na prática, suspendia a constituição de 1967.

Com base no AI-5, o chefe do executivo poderia fechar o congresso nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos, censurar órgãos da mídia, suspender o recurso ao habeas corpus, nos casos de infração da lei de segurança nacional. Essas situações determinavam o cancelamento das garantias individuais e políticas.

Em outubro de 1969 – outorga da **Emenda Constitucional nº1**, na qual incorporou todas as medidas repressivas adotadas a partir do AI-5. Alguns até a consideram outra carta, a constituição de 1969, que vigorou até a promulgação da constituição de 1988.

Essa constituição foi concebida em um regime ditatorial. Presidentes eram substituídos e eleitos sem regra alguma. O congresso nacional tinha uma função apenas decorativa. A partir desses dispositivos, o governo militar concentrou ainda mais poderes no poder executivo.

O executivo lançava mão dos Decretos-Leis. O decreto-lei número 477, por exemplo, proibiu atividades políticas para estudantes, professores e funcionários nas universidades. Cassações de mandatos, eleições indiretas e reformas econômicas eram exemplos de decisões que o presidente poderia tomar sem a consulta ao legislativo.

Costa e Silva assumiu o poder em meio a uma crise econômica recessiva.

Ministro Delfim Netto, injetou crédito na economia, mas, para controlar a inflação, foi obrigado a controlar os preços e salários.

A oposição ao regime se intensificou até mesmo pela onda revolucionária que varreu o mundo, desde a Primavera de Praga, o maio de 68 em Paris ou o Movimento Hippie nos EUA. No Brasil, os estudantes ganharam as ruas, como na passeata dos 100 mil no rio, contra o acordo mec-usaid que pretendia a privatização das universidades públicas. Greves de operários paralisaram contagem (MG) e Osasco (SP), organizando-se também a frente ampla, com JK, João Goulart e Carlos Lacerda.

O governo editou o Ato Institucional 5, que, nas palavras de Fernando Gabeira, era “o golpe dentro do golpe”, pois suspendia as garantias individuais e constitucionais, fortalecia o executivo (decretava o recesso do congresso), decretava intervenção nos estados, municípios e territórios e permitia a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos.

Em 27-08-69, Costa e Silva foi acometido por um derrame cerebral. Uma junta militar criou regras específicas para a sucessão: o presidente sairia do exército e o vice da marinha, sendo que ambos deveriam estar no último grau de carreira.

EXERCÍCIOS

Veja a imagem:



Disponível em: <http://professoraclara.com/set/ditadubras.php>

01. A imagem é representativa da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e permite caracterizá-la como um período marcado pela
- a) Perseguição aos opositores do regime, que sofreram todo tipo de repressão, legitimados pela Doutrina de Segurança Nacional.
 - b) Estabilidade política marcada pela ausência de oposição e pela adesão imediata e apoio da maior parte dos brasileiros ao regime militar.
 - c) Ação de diferentes grupos de resistência ao regime militar, que conseguiram impor alguns limites à repressão no país, através da guerrilha.
 - d) Liberdade de expressão garantida pelo próprio regime, embora a constituição estabelecesse limites à imprensa através da censura prévia.
 - e) Manutenção dos principais direitos do cidadão, como o voto direto para os cargos do executivo, embora houvesse forte perseguição à oposição.
02. Os governos militares (1964-1985) adotaram algumas diretrizes políticas e econômicas responsáveis pela(o):
- a) Liberdade sindical e Nacionalismo.
 - b) Arrocho salarial e subordinação ao capital estrangeiro.
 - c) Não endividamento externo e estatização das empresas.
 - d) Redistribuição de renda a maior liberdade às pequenas empresas.
 - e) Não intervencionismo do Estado na economia.

GABARITO

01 - A

02 - B